

V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: “Os impactos e desafios da pandemia pela COVID-19 no ensino, pesquisa e extensão”



ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR EM DIREITOS HUMANOS COMO AMPLITUDE DO ACESSO À JUSTIÇA

Matheus Assis dos Santos¹, José Patrício Pereira Melo²

Resumo: A (re)democratização do acesso à justiça é pauta presente nas discussões universitárias e externas a esta, a qual visa a paridade desse acesso, principalmente na busca pela igualdade material sobreposta a elitização latente no judiciário brasileiro. Dessa maneira, espaços alternativos de acesso às demandas jurídicas foram sendo pensados dentro e fora das academias de ensino (LUZ, 2005), como por exemplo, a “Advocacia Militante”, constituídas por advogados em busca da preservação dos Direitos Humanos das camadas periféricas, e tendo como marco pedagógico o AJUP (Assessoria Jurídica Popular) e o GAJOP (Gabinete Avançado de Assessorias às Organizações Populares), ambos, modelos na advocacia militante em todo o Brasil. Contudo, houve também a criação do segundo espaço alternativo da amplitude de acesso à justiça, caracterizadas como o campo da “Assessoria Jurídica Universitária”, mediante atuação dos estudantes de direito e este objeto de estudo do presente trabalho. Esse novo espaço de atuação demonstra novos desafios ao curso de Direito, pois, adentra na vertente da atuação da Universidade nas demandas populares de classes que são, geralmente, massacradas pelo elitismo jurídico, como também, representa um meio de aproximação da atuação jurídica como a extensão universitária, principalmente na atuação dos Direitos Humanos (SOUSA JÚNIOR, 1998). Destarte, pode-se dizer que o espaço da assessoria jurídica popular em direitos humanos se caracteriza como uma das ferramentas na busca pelo movimento contra-hegemônico dos Direitos Humanos, o qual busca a individualização dos direitos humanos nas camadas segregadas da sociedade (SANTOS, CHAUI, 2008). Assim, o objetivo do trabalho é explorar a importância da atuação da assessoria jurídica universitária na efetivação dos Direitos Humanos as camadas populares sem acesso capital a Justiça. O método utilizado para formação das considerações foi o dedutivo em conjunto com as análises bibliográficas. Entretanto, os resultados poderão ser levantados a partir da atuação direta da Assessoria Jurídica Popular em Direitos Humanos presente no curso de direito da Universidade Regional do Cariri, ainda em andamento devido ao impedimento ocasionado pela pandemia do Covid-19. Por fim, vê-se

¹ Graduando em Direito pela Universidade Regional do Cariri, email: matheus.assis@urca.br

² Professor do curso de Direito pela Universidade Regional do Cariri, email: patricio.melo@urca.br

V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: "Os impactos e desafios da pandemia pela COVID-19 no ensino, pesquisa e extensão"



a importância da implantação desse espaço a fim de contribuir para o enfrentamento da desigualdade social presente no contexto educacional e jurídico brasileiro. A atuação jurídica com as práticas extensionistas da Universidade Regional do Cariri são primordiais nessa construção democrática do sistema jurídico.

Palavras-chave: Assessoria Jurídica Popular. Direitos Humanos. Paridade de Acesso.

Referências:

LUZ, Vladimir de Carvalho. **Assessoria Jurídica Popular no Brasil**. 2005. 258 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, UfSC, Florianópolis, 2005. Disponível: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/662/o/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Vladimir.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUÍ, Marilena. **DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. **Revista do SAJU: Para uma visão crítica e interdisciplinar do Direito**- v.1, n 1, Dezembro de 1998, Porto Alegre: Faculdade de Direito da UFRGS, 1998, p.9.